

Indicadores de sustentabilidade ambiental depois da Rio+20

José Eli da Veiga

"Poupanças Líquidas Ajustadas", "Índice de Desempenho Ambiental" e "Pegada Ecológica", ou os indicadores discretos como "pegada indicadores sintéticos como "pegada carbono," "pegada hídrica" e "pegada nitrogênio".

Dilemas da rota aos "ODS"

Por José Eli da Veiga

Valor Econômico, 17.7.12

Dos inúmeros indicadores sintéticos de sustentabilidade ambiental que proliferaram nos últimos 20 anos, apenas três conquistaram alguma legitimidade: o das "Poupanças Líquidas Ajustadas", patrocinado pelo Banco Mundial, o "Índice de Desempenho Ambiental", puxado pelo Fórum de Davos, e a "Pegada Ecológica", cultivada pelo Global Footprint Network (GFN).

Será que um dos três será escolhido como a melhor dobradinha do IDH para o um futuro monitoramento do desenvolvimento sustentável?

A resposta poderia estar próxima, já que um dos raros compromissos práticos saídos da Rio+20 é adotar até 2015 um kit de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O rascunho para as negociações multilaterais será preparado em dois anos por um grupo de trabalho a ser unido já em setembro pela 67ª Assembleia Geral da ONU, com 30 representantes de seus cinco grupos regionais.

Todavia, o sobrevoo dos três finalistas sugere que a escolha mais provável seja do tipo "nenhum dos anteriores".

A preferência do Banco Mundial é pela mudança do próprio cálculo monetário da riqueza nacional, principalmente pela dedução do valor de depreciações advindas do consumo de estoques de recursos naturais e de poluições, contrabalançada pela adição do valor dos investimentos em capital humano. Apresentado em percentagem do rendimento nacional bruto, quanto menor for esse indicador (GSI, na sigla em inglês), menos sustentabilidade ambiental teria o estilo de crescimento econômico do país.

Por esse prisma, 23 países estão em trilhas insustentáveis por terem GSI negativo. O destaque vai para Estados Unidos e Rússia, com idêntico sinal vermelho: - 0,8%. No extremo oposto estão 51 países para os quais esse indicador é superior a 10%. Entre eles a campeã, China, com 39,7%, mas também a Índia com 24,1% e a Coreia do Sul

com 20%. Os 4,6% do Brasil o jogam bem abaixo da mediana, ocupada pela Nova Zelândia, com 8%.

A opção do Fórum de Davos foi tão divergente que gerou resultados opostos. Empenhou-se para que um grupo de pesquisadores das universidades de Yale e de Columbia construísse e aperfeiçoasse indicadores bem mais abrangentes, que pudessem dar conta até da capacidade institucional de um país para um futuro enfrentamento de seus problemas ambientais. O que mais tem sido aceito é o de "desempenho ambiental" (EPI, na sigla em inglês), que combina 23 variáveis com diversos pesos. O maior objetivo (70% da ponderação) é a vitalidade ecossistêmica, com 17 variáveis relativas a 7 dimensões: ar, água, biodiversidade, agricultura, florestas, pesca e clima/energia. Os demais 30% se voltam à saúde ambiental, com 5 variáveis em 3 dimensões.

Esse enfoque reprova 43 países, com grande realce para Índia e China. No extremo oposto, 24 países teriam excelente desempenho ambiental, com notas superiores a 70 em escala 1 a 100. Principalmente escandinavos e do oeste europeu, seguidos de Nova Zelândia e Japão. O Brasil ultrapassa a mediana, ficando à frente da Rússia e quase colado aos Estados Unidos. Os três com notas pouco acima de 60.

Em vez de corrigir a avaliação monetária da riqueza de uma nação, ou estimar vitalidade ecossistêmica e saúde ambiental, a abordagem da Pegada é medir a pressão exercida pelo consumo das populações sobre os recursos naturais, para compará-la à capacidade de regeneração da biosfera, chamada de "biocapacidade". Mostra que há dezenas de sociedades que ainda dispõem de uma espécie de crédito ecológico, por terem pegadas inferiores à quota que corresponde à média da biocapacidade global: 1,8 na última avaliação, em 2007. E revela déficits que em alguns casos já chegam ao triplo dessa quota.

Há 60 países com crédito, entre os quais chamam a atenção Índia e Indonésia. No extremo oposto, são 20 os que têm déficits superiores ao dobro do patamar global. A começar por petro-monarquias, como Emirados e Qatar. Mas seguidos de perto pelos mais avançados, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e vários europeus, inclusive escandinavos, como Dinamarca, Finlândia, Suécia e até a Noruega. Com pegada de 2,9 o Brasil já está 60% acima da quota global, mas não muito longe da mediana, ocupada pela África do Sul, onde a pegada é de 2,3.

São três maneiras de avaliar, mas com imenso contraste entre as duas primeiras e a terceira. Para GSI e EPI, a sustentabilidade ambiental mais importante não é a global, embora ela pudesse ser atingida se todas as nações aumentassem suas poupanças genuínas e também conservassem de seus próprios ecossistemas. O foco da Pegada é oposto: as populações que mais pressionam a biocapacidade global deveriam ser pioneiras da evolução dos modos de consumo, problema que nem de raspão é tocado pelos outros dois indicadores. A Pegada mede as diversas contribuições à insustentabilidade global, tanto de regiões, como de países, entes subnacionais, e mesmo indivíduos. Contribuições que podem ser desagregadas em pegada carbono, pegada hídrica, pegada nitrogênio, etc. Mas infelizmente não em pegada biodiversidade.

ONU em duas vias para o pós-2015

Por José Eli da Veiga

Valor Econômico, 21/08/2012

Provavelmente preferirão adotar indicadores biofísicos como as chamadas "pegada carbono," "pegada hídrica" e "pegada nitrogênio," já que não há como obter consenso em favor de algum dos três indicadores sintéticos.

Um painel consultivo sobre a "Agenda pós-2015 do desenvolvimento" foi criado há 20 dias pelo secretário-geral da ONU Ban Ki-moon para remontar os Objetivos do Milênio (ODM). Sob a tutela de um triunvirato formado pelo primeiro ministro britânico e pelos presidentes da Indonésia e da Libéria, a nigeriana Amina J. Mohammed, assessora especial há três meses, orquestrará 23 personalidades, como a sul-africana Graça Machel e a brasileira Vanessa Petrelli Corrêa, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os termos de referência enfatizam a necessidade de intensa interlocução com o grupo de trabalho para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que só será unguído no próximo mês pela 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu), com 30 representantes indicados pelas suas cinco comissões regionais. Mas dão prazo bem menor para o relatório do painel: até final de junho de 2013, de modo que três meses depois suas conclusões já subsidiem os debates da 68ª Agnu sobre o tema.

Impossível saber qual será o grau de sinergia entre o painel do secretário e o GT da Assembleia. Mas com certeza o maior desafio dessas duas vias será a revisão do sétimo ODM: "Garantir a Sustentabilidade Ambiental." Provavelmente ambos preferirão adotar indicadores biofísicos discretos, como as chamadas "pegada carbono," "pegada hídrica" e "pegada nitrogênio," já que não há como obter consenso em favor de algum dos três indicadores sintéticos que mais se legitimaram nos últimos vinte anos, tese aqui discutida em 17 de julho.

Só que chamar tais indicadores de "pegada" forçosamente dá a entender que sejam filhotes da bem mais antiga e conhecida Pegada Ecológica, o indicador sintético da pressão que o consumo humano exerce sobre os ecossistemas que permite estimar déficit ou saldo positivo com relação à capacidade de regeneração da biosfera, ou "biocapacidade."

Porém, a abordagem da Pegada Ecológica sempre foi espacial: a superfície, em hectares globais, que suporta certo nível de consumo dos recursos naturais renováveis. Foi justamente essa visão de área que motivou a sugestiva imagem de "pegada." E é ela que viabiliza a persuasiva tirada sobre os quatro planetas que seriam exigidos por uma hipotética mundialização do nível de consumo dos EUA.

Não é o que ocorre com os indicadores discretos que estão sendo chamados de pegadas para se beneficiarem da imensa popularidade conquistada pela presumida mãe. Seria bem mais apropriado chamá-los de "carga." São pesos ou volumes por ano

que correspondem ao consumo de um coletivo, de um indivíduo, ou de determinado produto.

Pode variar a lista dos gases de efeito estufa incluídos no cálculo de uma pegada carbono, mas o resultado será expresso em toneladas por ano. As três pegadas hídricas (azul, verde e cinza) o são em litros ou metros cúbicos por ano. E é em quilos que está sendo calculada a bem mais recente pegada de nitrogênio reativo: www.n-print.org

Por isso, sejam quais forem os percalços da revisão do ODM ambiental, tanto na via da Agenda pós-2015, quanto na da criação dos ODS da Rio+20, com certeza será muito mais provável que as imprescindíveis novas metas desse sétimo objetivo requeiram a adoção de indicadores físicos sem conversão em área, como são essas três cargas que por razões emblemáticas estão sendo chamadas de pegadas.

O problema é que carbono, água e nitrogênio, mesmo que importantíssimos, são três dos dez vetores que mais estão contribuindo para a insustentabilidade global. Entre os demais, apenas a carga de fósforo poderá ser calculada nos moldes da recente pegada nitrogênio. Não poderão ser tratados dessa maneira problemas como os da biodiversidade, da acidificação oceânica, do ozônio estratosférico, das poluições químicas e atmosféricas, e das mudanças no uso da terra.

Para a erosão da biodiversidade há o excelente Índice Planeta Vivo (WWF) que aponta deterioração de 28% entre 1970 e 2008, essencialmente nas zonas tropicais. Na mesma linha, o recém-lançado Índice de Saúde Oceânica (OHI: www.oceanhealthindex.org) certamente permitirá acompanhamento da acidificação. A depleção do ozônio estratosférico tem sido bem acompanhada pelo Protocolo de Montreal, "o mais bem sucedido acordo internacional de todos os tempos," segundo Kofi Annan. E para os outros três - as poluições e o uso da terra - o drama estará muito mais na adoção de metas baseadas em consenso científico do que na seleção dos melhores entre tantos indicadores disponíveis.

Claro, faltará ainda o imbróglio do oitavo ODM: "Estabelecer Parceria Mundial para o Desenvolvimento." Mas para esse objetivo a trava não está em métricas. São as circunstâncias geopolíticas que não contribuem para que a comunidade internacional se decida por efetivo combate às desigualdades. E será apenas com essa quarta folha que o trevo formado por soberania nacional, democracia política e globalização econômica poderá um dia engendrar incipiente parceria mundial pelo desenvolvimento sustentável.